

Crítica e metacrítica: contribuição e responsabilidade das teorias da comunicação*

Criticism and metacritique: contribution and responsibility of the communication theories

VERA VEIGA FRANÇA **

Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas,
Departamento de Comunicação Social. Belo Horizonte-MG, Brasil

RESUMO

Este artigo discute o caráter cíclico das abordagens críticas da comunicação no Brasil nos últimos 40 anos. Os anos 1970, 1980 se caracterizaram por teorias de diferentes matrizes que denunciaram a mercantilização da cultura, o esvaziamento do simbólico, as disputas por hegemonia na interpretação da realidade. Os 20 anos seguintes foram marcados por certo abandono do viés crítico, em favor do tratamento de aspectos mais recortados do processo e do produto comunicativo. A partir das discussões recentes de Boltanski, situando os conceitos de crítica e metacrítica, apontamos, ao final, a importância do resgate de olhares mais abrangentes nas análises comunicacionais.

Palavras-chave: Teorias da comunicação, teoria crítica, crítica e metacrítica

ABSTRACT

This paper discusses the cyclical nature of the critical approaches of communication in Brazil in the last 40 years. The 1970's, 1980's were characterized by theories of different hues who denounced the culture's commodification, the symbolic's deflation, the disputes over hegemony in the interpretation of reality. The next 20 years were marked by abandonment of certain critical bias, in favor of the treatment of most indented aspects of communicative process and product. From recent discussions of Boltanski, placing the concepts of critical and metacritique, highlighting to the importance of the redemption of embracing looks in the communicational analysis.

Keywords: Communication theories, critical theory, criticism and metacritique

* Uma primeira versão deste texto foi apresentada no GT Epistemologia da Comunicação do XXII Encontro Anual da Compós, na Universidade Federal da Bahia, Salvador, de 04 a 07 de junho de 2013.

** Professora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFMG. Coordenadora do GRIS (Grupo de Pesquisa em Imagem e Sociabilidade da FAFICH/UFMG), atua nas áreas de Teorias da Comunicação, Comunicação e Cultura Midiática e Metodologia de Pesquisa em Comunicação. E-mail: veravfranca@yahoo.com.br

AS TEORIAS, CONCEITOS e autores que se agrupam sob a égide de *Teorias da Comunicação* não constituem um conjunto homogêneo e consensual dentro da área, inclusive variam conforme a época. Em determinados momentos, alguns autores e conceitos estão em alta; em outros, são abandonados e substituídos. Nesse panorama móvel – que evidencia os modismos e idiossincrasias que constituem o campo de estudos da comunicação – é interessante perceber que também o viés crítico é, de certa maneira, cíclico. Algumas épocas se evidenciam pelo forte teor denunciista das reflexões; na sequência, acontece, às vezes, uma mudança de tom e as críticas são deixadas de lado.

Há quase cinquenta anos, Umberto Eco (1979 [1964]) escreveu *Apocalípticos e integrados*, fazendo uma revisão lúcida das teorias, que se dividiam, na época, entre os estudos americanos e estudos europeus – ambos reféns do conceito fetiche de *massa*. A obra consagrou a etiqueta com a qual se agrupou e nomeou dois blocos opostos: a pesquisa administrativa americana (*Mass Communication Research*) e a Escola de Frankfurt, com os respectivos conceitos de cultura de massa (supostamente acrítico) e indústria cultural (este, raivosamente crítico).

Os estudos comunicacionais (assim nomeados) tiveram início, no Brasil, nos anos 1970, com a mudança dos cursos de Jornalismo para cursos de Comunicação¹. É interessante registrar que, no contexto daquela época, a distinção *apocalípticos e integrados* e a divisão entre estudos (e grupos) críticos x descritivos faziam pleno sentido. A Teoria Crítica da Escola de Frankfurt estava na moda, assim como a rejeição aos estudos norte-americanos e escola funcionalista, numa divisão que, grosso modo, reproduzia no campo acadêmico a oposição esquerda/direita no cenário político. Os conceitos de classe e ideologia, no âmbito da perspectiva crítica, eram centrais.

Ao longo destes quarenta anos, teorias e conceitos sofreram reacomodações e mudanças, e perspectivas críticas, hoje, assim como o conceito de ideologia, ocupam um lugar obscuro e pouco expressivo. De forma grosseira, poder-se-ia, talvez, dividir esse período em dois blocos de 20 anos: o período 1970-1980, marcado pela chegada e disseminação da Teoria Crítica e outras de matriz marxista; o período 1990-2000, em que se opera um distanciamento, crítica e abandono dessas perspectivas.

Este é o tema que ocupa a presente reflexão, organizada em alguns tópicos: uma breve revisão das matrizes críticas; o abandono dessas matrizes e a constituição de um novo cenário teórico-conceitual. Ao final, indagações sobre onde estamos e o que se delinea à frente.

1. Em 1969, o Conselho Federal de Educação (CFE-MEC), através da Resolução nº 11/69, transformou os cursos de Jornalismo em cursos de Comunicação Social.

AS MATRIZES CRÍTICAS

Uma revisão aprofundada das matrizes críticas que alimentaram o pensamento comunicacional nas décadas de 1970 e 1980 do século passado ultrapassaria largamente as possibilidades deste texto, que se limita a uma breve recuperação de algumas referências que foram centrais no período.

a) Teoria Crítica

De acordo com o programa interdisciplinar formulado por Max Horkheimer em 1931, era propósito do Instituto de Pesquisa Social de Frankfurt fazer uma análise global da sociedade – de sua infraestrutura econômica às suas bases ideacionais. Por uma série de razões e conflitos, a produção do Instituto acabou centrada no campo da cultura e das ideias, compondo o que se pode identificar como uma tríplice crítica: ao projeto da sociedade capitalista avançada; à cultura dessa sociedade; à ciência positivista.

Rememorando o teor dessas críticas, destaca-se como traço central a denúncia da mercantilização da sociedade e a onipresente motivação do lucro, que contamina a cultura e provoca sua degradação e subserviência. Em tal contexto, a cultura se vê reduzida à ideologia e inscrita numa lógica de alienação; a ciência se curva e se submete aos objetivos produtivistas e mercantis da sociedade capitalista. Para Adorno, cultura verdadeira é aquela implicitamente crítica; o fermento da verdade da cultura é a negação. Convertida em *bens culturais*, atrelada a um sistema de mercantilização, a cultura nega sua própria razão de ser.

Conforme ressalta Voirol (2011), o termo *indústria cultural*, cunhado por Adorno e Horkheimer para nomear a cultura submetida à lógica mercantil, tem um caráter crítico e provocador ao associar numa mesma palavra – *Kulturindustrie*, em alemão – dois termos que em tudo se opõem. À indústria se associam a economia, a racionalidade, a planificação, o interesse estratégico; já cultura evoca criação, originalidade, autonomia, liberdade. O termo indústria cultural constitui, segundo esse autor, um oxímoro e um conceito denúncia: “Através da associação de universos semânticos antitéticos, ele visa fazer ver o que não vemos, a saber, a degradação da cultura na sociedade capitalista moderna” (Voirol, 2011: 127).

Vale dizer que a influência de Adorno foi muito forte na formação dos pesquisadores brasileiros nos anos 1970 e ocupou um lugar marcante na produção acadêmica daquela década.

b) A teoria da hegemonia

A influência de Gramsci no Brasil, por sua vez, foi de certa forma sufocada pelo peso da perspectiva frankfurtiana e chega mais tardiamente,

já em torno dos anos 1980, através do trabalho de pesquisadores latino-americanos e dos primeiros ecos dos Estudos Culturais. Importa aqui chamar a atenção para a perspectiva relacional que marca a abordagem gramsciana da cultura, através do binômio cultura hegemônica – cultura subalterna (Lopes, 1990: 52). A cultura, para o autor, é um campo de lutas e negociações; culturas subalternas não constituem mero resultado das imposições da cultura hegemônica nem pura resistência; ela não se reduz a um todo homogêneo, mas é atravessada por ambiguidades e contradições, contém elementos transclassistas e traz as marcas da experiência e da história. Assim, importa para Gramsci uma análise concreta das práticas culturais, bem como de seu uso, suas transformações.

O conceito de hegemonia é central no pensamento gramsciano e de suma importância para os estudos comunicacionais. O conceito vem de Lênin (relacionado à ditadura do proletariado); empregado por Gramsci, ele ganha um desenvolvimento original e vem substituir, e às vezes complementar, o conceito de dominação. Está ligado à coerção exercida por uma classe dominante sobre os grupos dominados e acrescenta a esta a ideia de direção intelectual e moral: “cada relação de ‘hegemonia’ é necessariamente uma relação pedagógica” (Gramsci, 1974: 69). Nesse aspecto positivo de *direção*, o conceito orienta a análise das relações de força entre grupos, classes, nações e diz respeito, para além da esfera político-econômica, ao terreno das ideias, das crenças e representações.

c) A teoria da dominação de P. Bourdieu

A teoria de Bourdieu teve uma penetração fraca no Brasil no terreno dos estudos comunicacionais (ao contrário de sua forte presença no campo da Educação). Trata-se, no entanto, de uma sociologia da cultura centrada nas relações de dominação de classe que operam através do simbólico – portanto, de forte incidência no campo comunicacional. Bourdieu, porém, não se interessou pelo estudo da mídia² e criticou de forma virulenta os *massmédiologues* que, através de um *sincretismo conceitual*, estavam fazendo uma *sociologia fantástica*, ou uma mitologia: nem sociologia, (pela falta de referências empíricas adequadas) nem teoria pura (pela incapacidade de dedução), “a cultura midiática é uma metafísica – no sentido kantiano – que funciona mal” (Bourdieu; Passeron, 1963: 1007, tradução nossa).

Se Bourdieu desclassificou totalmente as teorias da mídia de sua época, por que não estudá-la *corretamente*, ou apresentar a maneira adequada de fazê-lo? Na sua crítica, ele apontava o equívoco metodológico dessa *mitologia dos sociólogos*, de se ocupar do objeto errado e se ater (sucumbir) à sintaxe do

2. Uma exceção foi um pequeno livro publicado por Bourdieu em 1996, *Sur la télévision, suivi de L'emprise du journalisme* – que, no entanto, teve pequena expressão.

discurso profético dos meios. A questão central, apontava o eminente sociólogo, não se localizaria no formato ou conteúdo dos discursos midiáticos, mas no sistema de dominação simbólica, através de um modelo de reprodução, de tipo gerativo, “capaz de correlacionar o domínio das estruturas ao domínio das práticas através do *habitus*” (Miceli, 1974: 39).

O poder das palavras, para o autor, não está nas palavras, mas no processo que as legitima, bem como àqueles que as pronunciam³. Classes e frações de classe se enfrentam numa luta simbólica para impor uma definição de mundo conforme seus interesses, para disseminar e legitimar um quadro de posições ideológicas que reproduz em forma transfigurada o campo das posições sociais. Os sistemas simbólicos cumprem sua função política de instrumentos de imposição e legitimação da dominação, atuando como instrumentos estruturados e estruturantes de comunicação (Bourdieu, 1989: 11). Trata-se, portanto, de uma luta pelo controle das instituições que garantem e perpetuam seu poder simbólico.

Dessa maneira, para Bourdieu, o estudo da mídia pouco acrescenta em si (seu discurso, já se sabe qual é); a verdadeira questão – o que é a mídia – se alcança através da análise da propriedade dos meios, do sistema de produção das representações simbólicas.

d) Reificação e esvaziamento do simbólico

Embora não se trate aqui de um quadro teórico articulado, é possível, como quarto ponto, agrupar um conjunto heteróclito de autores que partilharam um olhar pessimista e forte niilismo na análise da sociedade contemporânea, sociedade esta marcada pela lógica do consumo, pela presença avassaladora dos meios de comunicação, pela avalanche das informações e proliferação das imagens.

Lembramos primeiramente de Guy Debord e sua obra (e epíteto) de referência, *a sociedade do espetáculo*, publicada pela primeira vez em 1967 – numa antecipação do discurso libertário que eclodiu para o mundo em maio de 68. Filósofo, agitador social, um dos criadores da Internacional Situacionista, Debord denuncia a sociedade capitalista e o reinado da mercadoria, bem como a banalização e esvaziamento da vida por eles provocados:

O mundo presente e ausente que o espetáculo *faz ver* é mundo da mercadoria dominando tudo o que é vivido. E o mundo da mercadoria é assim mostrado *como ele é*, pois seu movimento é idêntico ao *afastamento* dos homens entre si e em relação a tudo que produzem (Debord, 1997: 28, grifo do autor).

3. “O que faz o poder das palavras e das palavras de ordem, poder de manter a ordem ou de a subverter, é a crença na legitimidade das palavras e daquele que as pronuncia, *crença cuja produção não é da competência das palavras*” (Bourdieu, 1989: 15, grifo nosso).

D

Crítica e metacrítica: contribuição e responsabilidade das teorias da comunicação

4. “A sociedade portadora do espetáculo não domina as regiões subdesenvolvidas apenas pela hegemonia econômica. Domina-as como sociedade do espetáculo” (Debord, 1997: 38, grifo do autor).

O mundo que foi ocupado totalmente pela forma mercadoria é a *sociedade do espetáculo* e esta é a forma contemporânea da dominação⁴. Nessa sociedade, “o agente do espetáculo é o oposto do indivíduo, renunciando a toda qualidade autônoma”; “a vedete é objeto de identificação com a vida aparente sem profundidade, que deve compensar e ocultar o estilhaçamento da vida vivida” (Debord, 1997: 40).

Outro grande pensador crítico niilista do final do século XX, representando a versão trágica da teoria pós-moderna, foi J. Baudrillard, que anunciou (profetizou) a impossibilidade da comunicação na era midiática, a esterilização do sentido na sociedade da imagem (as imagens que já não dizem nada, a extinção do simbólico, diluído no reino do simulacro), a consumação do sujeito na sociedade de consumo. Para o autor, “o consumo cultural pode ser definido como o tempo e o lugar da ressurreição caricatural, da evocação paródica daquilo que não é mais” (Baudrillard, 1970: 147). Retomando a famosa frase de McLuhan (*Medium is the message*), ele acrescenta: a verdadeira mensagem dos meios não é o conteúdo de sons e imagens que eles veiculam, mas o esquema condicionante, ligado à sua essência técnica, de desarticulação do real em signos sucessivos e equivalentes sobre a base de uma denegação das coisas e do real.

A verdade dos *media* de massa é, assim, esta: eles têm por função neutralizar o caráter vivido, único, acidental do mundo, para substituir um universo múltiplo por meios que se assemelham uns aos outros, se repetem e se reenviam uns aos outros. No limite, eles se tornam o conteúdo recíproco uns dos outros – e é esta *a mensagem totalitária de uma sociedade de consumo*” (Baudrillard, 1972: 189, grifo do autor).

5. Parodiando Bourdieu, ele diz: “Não existe teoria dos *media*. A ‘revolução dos *media*’ permaneceu até aqui empírica e mística, tanto em McLuhan como naqueles que o contestam” (Baudrillard, 1972: 209).

Descrente tanto das contribuições das teorias da comunicação⁵ como da natureza dos meios, ele vaticina: é ilusório acreditar numa outra possibilidade de uso dos meios: “o que caracteriza os *media* de massa é que eles são antimediatadores, intransitivos, *fabricam não comunicação*” (Ibid.: 217, grifo nosso).

A CRÍTICA DA CRÍTICA

A partir de matrizes epistêmicas e fundamentos teóricos muito distintos, essas teorias e autores se aproximam através de seu viés crítico e forte teor denunciante. A crítica é dirigida ao capitalismo, à sua lógica da dominação, ao caráter mercantil que rege não apenas as relações econômicas *stricto sensu*, mas que impregna o conjunto das relações sociais e compromete inclusive a constituição dos sujeitos – a sua humanidade, autonomia e capacidade de agenciamento. A comunicação, a tecnologia comunicacional, a mídia e

os produtos midiáticos são vistos como instrumentos da dominação, como práticas alienantes, ideológicas no seu conteúdo e na relação que estabelecem. No horizonte dessas críticas – horizonte, no entanto, longínquo e quase inalcançável – se coloca a busca ou o ideal da emancipação.

Como já mencionado inicialmente, essas teorias e autores, que tiveram grande repercussão e impacto nos anos 1970 e 1980, paulatinamente foram abandonados, sofreram críticas, alguns caíram quase no descrédito. A Teoria Crítica e a perspectiva adorniana, particularmente, no terreno dos estudos comunicacionais, sofreu forte rejeição.

Coloca-se então a pergunta: por que esse abandono, se tais teorias, em sua grande maioria, se mostraram consistentes, fundadas em pressupostos legítimos e articuladas em sólidas argumentações? Qual a razão da indiferença com que são lembradas, se seus propósitos – crítica ao capitalismo, denúncia da opressão, busca da justiça social e da autonomia dos sujeitos – são ainda hoje considerados corretos e necessários?

Nenhuma teoria é eternamente válida. Algumas são abandonadas por terem sido suplantadas por outras mais completas, ou por terem se mostrado equivocadas e se verem desmentidas pelo desenrolar dos fatos. Mas, sobretudo, é importante lembrar que as teorias atendem a questões e problemas que são colocados historicamente, dentro de determinado contexto, face a determinada conjuntura. A mudança da realidade muda o cenário de reflexão e o eixo das indagações. Esta é, assim, uma das respostas ao relativo abandono ou ostracismo das teorias acima discutidas. O mundo que adentra o século XXI não é exatamente o mesmo das últimas décadas do século XX.

Além disso, essas teorias, passando pelo crivo da crítica epistemológica, confrontadas com novas reflexões, apresentaram fragilidades e inconsistências.

A dominação, a alienação são processos que não podem ser apreendidos empiricamente. Têm que ser desvelados a partir de indicadores e surgir como construções analíticas do pesquisador. São processos abstratos, resultado de sínteses analíticas. No caso de algumas dessas teorias, houve questionamentos tanto por sua abstração e distância da realidade (falta de evidência empírica) como pelo peso que imputaram à ilusão, à noção de inconsciente. As sínteses teriam se mostrado falhas pela incapacidade ou miopia na leitura da realidade, na interpretação de indicadores (ou mesmo na falta deles).

Todas essas teorias analisadas compartilhavam esse tipo de abordagem: eram teorias totalizadoras, tratando a realidade como um todo homogêneo, pouco atentas às diferenças e contradições. Esse aspecto totalizador suscitou um conjunto de críticas, conhecidas e partilhadas por todos nós, pesquisadores da área:

D

Crítica e metacrítica: contribuição e responsabilidade das teorias da comunicação

- a subestimação dos sujeitos, de seu espírito crítico e capacidade criativa, bem como de sua força de resistência;
- seu tom monolítico, insensível às diferenças; a incapacidade para tratar das singularidades, para dar conta do particular;
- a simplificação (quando não anulação) do potencial das linguagens e dos processos de semiose;
- a falta de atenção e mesmo a incompreensão dos processos operatórios das diferentes mídias e de seu poder de agenciamento.

NOVAS PERSPECTIVAS

Buscando superar tais fragilidades e inconsistências, e instigados por novos acontecimentos e novas questões, os anos 1990 e 2000 evidenciaram a busca de outros horizontes teóricos e conceituais. Tal mudança é bem expressa na trajetória de um renomado sociólogo francês, L. Boltanski. Ex-aluno e discípulo de Bourdieu, sob cuja orientação trabalhou durante muito tempo, Boltanski, por essa época (anos 1990), se distancia e se posiciona criticamente face à teoria bourdieusiana, propondo e desenvolvendo uma *sociologia pragmatista da crítica*, voltada para a observação da ação cotidiana dos atores, de seus discursos críticos, de sua consciência quanto às suas próprias necessidades e escolhas.

Assumindo mais nitidamente uma perspectiva pragmatista, de atenção à prática, ele se afasta das leituras abrangentes para se ocupar dos atores em situação de trabalho, procurando descrever suas operações, as situações de disputa, seu desempenho e produção discursiva. Em suas palavras,

Parecia-nos necessário, para esse propósito [captar e descrever a atividade dos atores em situação] colocar entre parênteses um dispositivo explicativo muito forte, cuja utilização mecânica ameaçava sufocar os dados (como se o sociólogo conhecesse com antecedência aquilo que iria descobrir) para observar, de certa forma ingenuamente, aquilo que os atores fazem, a maneira como eles interpretam os outros, a maneira como argumentam sobre sua situação etc. Nosso movimento consistiu assim, para dizer rapidamente, em nos reposicionar, de uma orientação crítica em direção à busca de uma melhor abordagem descritiva (...). (Boltanski, 2009: 46, tradução nossa).

O movimento apontado pelo autor, em nome de uma maior atenção e sensibilidade aos dados da realidade, foi então de abandonar ou substituir os aparatos teóricos fortes em busca de uma abordagem mais descritiva do objeto de estudo. A *démarche* sociológica em que ele se lança substitui a análise das relações verticais pela análise das relações horizontais; troca a ênfase nas estruturas para a atenção aos sujeitos – suas ações, seus discursos.

Um movimento semelhante pôde ser observado também em nosso terreno e nos estudos mais propriamente comunicacionais. As análises ideológicas e a crítica da dominação cultural foram substituídas por estudos mais pontuais e atentos à diversidade e pluralidade das práticas comunicativas, dos discursos, das intervenções dos sujeitos. Um quadro estrutural mais amplo onde se situam (e em relação com o qual atuam) os meios de comunicação foi deixado de lado, em nome da busca das particularidades, da complexidade, enfim, dos processos comunicativos, bem como dos elementos e dinâmicas que os constituem.

Nesse movimento, a atenção dos pesquisadores se dirigiu e se abriu a diferentes frentes: atenção ao sujeito e aos processos de subjetivação; à constituição de grupos, redes e comunidades; à configuração de novos formatos midiáticos, à convergência de mídias, aos processos transmidiáticos. Estudos voltaram-se para a análise da performance dos sujeitos e sua luta pelo sucesso – e pelos 15 minutos de fama. Os Estudos Culturais abriram as portas para as diferentes formas de uso dos produtos culturais, resgataram a legitimidade da satisfação e prazer advindos do consumo de produtos triviais, ressaltaram as lutas e processos identitários.

Novos objetos, enfim, ocuparam a pesquisa em comunicação no Brasil nesses últimos 20 anos; as referências teóricas se abriram, outros conceitos e uma grande diversidade de autores vieram enriquecer e instrumentar as análises. Pode-se constatar, nessa mudança, o esvaziamento do interesse pelos aparatos teóricos *fortes* e pelas análises de cunho mais abrangente.

No momento atual, é a perspectiva da cultura que ganha um papel central e articulador do conhecimento na área da comunicação. Cultura midiática, ou cultura das mídias, substitui a velha nomeação de *cultura de massa*, ou *indústria cultural* e temas como diversidade cultural, pluralismo cultural estão na ordem do dia. O conceito de *cultura midiática* diz respeito ao panorama cultural da sociedade contemporânea, marcado pela centralidade da mídia, na qual vivência cotidiana e produção midiática se interpenetram, conformando um quadro cultural compósito, marcado por tensões, embates, mixagens, reproduções, imposições⁶. Esse novo conceito tem como eixo definidor o cenário e o funcionamento das próprias mídias: revela-nos um processo de duplicação e reprodução de acontecimentos e narrativas atravessando diferentes meios, num movimento em que o mundo e a realidade se veem conformados por uma nova dinâmica que tem sido chamada de *transmidiática*.

Também a expressão *meios de comunicação* já caiu em desuso, substituída por *media*, ou mídia. A mudança para o termo *mídia*, para além da questão tecnológica (surgimento e diversificação dos aparatos tecnológicos)

6. Lúcia Santaella reivindica a introdução (ou criação) do termo Cultura das mídias no Brasil. Distinguindo-se do conceito da cultura de massa, ele se refere à cultura resultante da convergência midiática, das mídias interativas. “O traço fundamental da cultura das mídias é a mobilidade, a capacidade de trânsito da informação de uma mídia a outra, acompanhada de leves modificações na aparência. Esses dados de comunicação tendem a durar pouco no tempo, mas, enquanto duram, multiplicam-se em diversas aparições” (Santaella, 1996: 36).

D

Crítica e metacrítica: contribuição e responsabilidade das teorias da comunicação

7. A respeito, veja-se Agamben, 2009.

expressa também um alargamento da compreensão de sua natureza, de seu potencial transformador. Mídia vem assim englobar um significado maior, que inclui tecnologia, linguagem, conformação das relações (do modelo da interação). E tanta coisa se incluiu nesse novo objeto que o termo *mídia* se transformou no nome genérico e a ele foi agregado o termo *dispositivo*. Mídia diz do conjunto; ao tratar de um, especificamente, olhamos para esse meio enquanto um dispositivo. A análise, nesse momento (e a despeito da extração foucaultiana do conceito de dispositivo⁷), se torna mais descritivo-operacional, buscando estudar as distinções e especificidades de cada meio, seu tipo de linguagem, formas de operação e conformação de um modelo de relação (ou de sociabilidade).

Esses conceitos (mídia, cultura das mídias) se mostram mais sensíveis e permeáveis à análise da especificidade dos aparatos e dispositivos produtores de representações e bens simbólicos, assim como à diversidade de formas e discursos que circulam nesse novo universo, à pluralidade de cenários e circuitos culturais. Não existe cultura no singular no terreno da *cultura das mídias*. As análises desenvolvidas, no entanto, descuidam das relações entre produtos midiáticos e relações de poder, mídia e estrutura da sociedade, tendendo a circunscrever a dinâmica cultural à relação entre os diferentes objetos.

Nessa configuração mais contemporânea de nosso campo de estudos, e ao lado do surgimento de inúmeros novos conceitos, registra-se ainda o abandono de outros – como ideologia, classe, dominação – que haviam sido centrais nas décadas anteriores.

PERSPECTIVAS

O movimento das teorias é cíclico: fases mais críticas são amortizadas num período seguinte; o abandono do pensamento crítico suscita seu retorno numa fase posterior. Assim é que assistimos, em nossos dias, vozes inquietas que apontam a necessidade de resgate de um olhar mais abrangente, que não negligencie dinâmicas de dominação que persistem e a perspectiva de mudanças.

Em seu estilo irreverente, o filósofo inglês T. Eagleton aponta o descompasso sofrido pela teoria cultural a partir dos anos 1980; tendo se desgarrado de seu momento de origem (fundado numa visada crítica da diferença e dominação de classe), ela busca identificar a continuação da política em outros espaços e meios. “A emancipação que não havia sido conquistada nas ruas e fábricas podia ser alcançada, em vez disso, em intensidades eróticas ou no significantemente flutuante” (Eagleton, 2005: 51), ele ironiza. Novas teorias do discurso, do desvio e do desejo transformam-se em alternativas para um esquerdismo político

fracassado, diz o autor, trazendo de volta aquilo que a esquerda tradicional havia menosprezado: “arte, prazer, gênero, poder, sexualidade, linguagem, loucura, desejo, espiritualidade, a família, o corpo, o ecossistema, o inconsciente, etnicidade, estilo de vida, hegemonia” (Eagleton, 2005: 52). Recupera-se o que havia sido abandonado, abandona-se aquilo que havia sido priorizado, numa curiosa transformação (ou deturpação) que atinge inclusive a leitura dos clássicos: para os sucessores dos Estudos Culturais, pontua Eagleton, “pensadores como Antonio Gramsci vieram a significar teorias da subjetividade, em vez de revolução operária” (Ibid.: 53).

Num estilo ensaístico e sem qualquer formalismo acadêmico, o pensador inglês aponta os caminhos e tendências diversas abertas pelo pensamento contemporâneo como resultado da falência política dos projetos postos em marcha nos anos anteriores. Na mesma perspectiva, o filósofo americano R. Rorty (1998) critica a esquerda cultural americana por dissolver a ação política no jogo das diferenças subjetivas, num desvio teórico que promove o distanciamento e rejeição de qualquer forma de participação efetiva nas mudanças reais da sociedade⁸.

Nas palavras do autor, esse debate, aparentemente distante da questão bem mais recortada que se está discutindo aqui, na verdade incide no ponto central para o qual se dirige esta reflexão – e para aquilo que existe de inquietante no percurso das novas teorias, aí incluídas as teorias e pesquisas comunicacionais. Frente ao quadro multifacetado de preocupações que orientam os trabalhos e a escolha do aparato conceitual; frente à abertura de temas e referências, alguma coisa, no entanto, se perde pelo caminho – a crítica da desigualdade e sofrimento no mundo, bem como o ideal de um projeto coletivo.

Retornando a Boltanski, é muito ilustrativo registrar a mais recente reviravolta na trajetória do sociólogo francês que, tendo efetuado um afastamento da matriz bourdieusiana e do *dispositivo explicativo forte* que representava a sua sociologia nos anos 1990, conforme mencionado anteriormente, revê novamente seu aparato teórico-metodológico de pesquisa, na perspectiva de recuperação de parte da tradição abandonada.

Estabelecendo uma aproximação entre a sociologia crítica e a sociologia pragmática da crítica (entre a perspectiva de Bourdieu e a perspectiva desenvolvida por ele próprio), Boltanski ressalta a mútua dependência e a complementaridade que pode ser estabelecida entre elas, apontando ainda os limites (e riscos) da sociologia pragmática da crítica (a sua): ela perde a noção de totalidade, ele diz, e não é capaz de passar da crítica fragmentada e particular dos atores a uma visada crítica global da sociedade.

8. “Os teóricos da esquerda pensam que dissolver a agência política em jogos de diferenças subjetivas, ou que dissolver as iniciativas políticas em buscas do impossível objeto de desejo, conforme Lacan, ajuda a subverter a ordem estabelecida. É, dizem eles, ‘problematizando os conceitos familiares’ que operamos a subversão” (Rorty, 1998: 93, tradução nossa).

D

Crítica e metacrítica: contribuição e responsabilidade das teorias da comunicação

O principal reparo que fizemos à sociologia crítica é, em poucas palavras, seu caráter enrijecido e a distância na qual ela se mantém com relação à capacidade crítica desenvolvida pelos atores nas situações da vida cotidiana. A sociologia pragmática da crítica, ao contrário, reconhece plenamente a capacidade crítica dos atores e a criatividade com a qual eles se engajam na interpretação e na ação em situação. Mas parece difícil, seguindo seu programa, completar todas as ambições solidárias de uma orientação metacrítica. Nós nos encontramos, assim, confrontados, do lado da sociologia crítica, a uma construção aberta às possibilidades claramente críticas, mas que apresenta agentes assujeitados a estruturas que lhes escapam, e que menospreza a capacidade crítica dos atores. Do lado da sociologia pragmática da crítica, [confrontados] a uma sociologia verdadeiramente atenta às ações críticas desenvolvidas pelos atores, mas de quem as potencialidades críticas próprias parecem limitadas (Boltanski, 2009: 74-75, tradução nossa).

Sem essa noção (sem uma ideia do todo, e da ordem social que nos congrega enquanto sociedade), como edificar, ou em que apoiar um projeto de emancipação dos indivíduos? Tal projeto não pode se sustentar em críticas e insatisfações pessoais – porque emancipação não é um processo que se vive individualmente, mas é resultado de um projeto de sociedade e de uma dinâmica social coletiva.

Para enfocar o papel da crítica na teoria, e ressaltar a importância de uma teoria crítica, Boltanski desenvolve e apresenta dois pares de conceito – crítica e metacrítica; exterioridade simples e exterioridade complexa.

A crítica dos indivíduos e a crítica social configuram, para o autor, dois conceitos distintos, que ele nomeia *crítica* e *metacrítica*. O conceito de *crítica* se refere às críticas isoladas, desenvolvidas por indivíduos a partir de sua própria experiência; ela é localizada e específica. Já a *metacrítica* é uma crítica de segundo grau, que se apoia nas críticas individuais, se alimenta delas e as reúne, constituindo-se e elevando-se enquanto uma crítica da ordem social. Ela é, assim, uma construção teórica e objetiva desvelar a opressão, a exploração, a dominação de uma sociedade ou grupos sociais.

A esses dois conceitos ele agrega um novo par, que é *exterioridade simples* e *exterioridade complexa*. Para fazer uma leitura da realidade (para apreendê-la), é necessário se situar fora dela, alcançar uma exterioridade. O trabalho de descrição de uma realidade (realizado pelo pesquisador ou pelo indivíduo comum) só pode ser feito a partir de um ponto de vista exterior; é o que ele chama *exterioridade simples*. Já a *exterioridade complexa* é também um movimento externo de leitura da realidade, que se apoia na exterioridade simples, porém, porta ou acrescenta um julgamento de valor sobre a ordem social – ela convoca uma metacrítica.

A sociologia descritiva (aquela mesma que Boltanski estava fazendo) se situa no nível de uma exterioridade simples; ela capta a crítica dos indivíduos, mas não se propõe a tratar a ordem social. Não desenvolve uma metacrítica, ele diz. Numa corajosa revisão de seu próprio trabalho, ele se pergunta então: qual o papel dessa sociologia? O conhecimento pelo conhecimento? Ela não teria outro objetivo além de sua realização enquanto campo de saber?

O mesmo podemos nos perguntar a propósito dos estudos comunicacionais. O abandono dos referenciais teóricos mais amplos e das teorias críticas foi seguido por análises setorializadas, estudos descritivos mais detalhados de dispositivos, linguagens, audiências, sujeitos ordinários e subjetividades singulares. Qual nosso objetivo ao promover essa mudança? E, mais ainda, quais os objetivos visados por nossas pesquisas? Por que e para que pesquisamos (para além de alimentar nossos *lattes* e aumentar a bibliografia da área)? Esse conhecimento que se busca dos objetos e práticas da comunicação serve a quê, e a quem?

Tais indagações almejam chamar a atenção para a dimensão política que reveste nossas escolhas teóricas e para a responsabilidade que pesa sobre nossa interpretação – pois elas incidem de volta na realidade. Nossa produção forma profissionais e vai não apenas direcionar sua atuação como, através deles e do processo natural de difusão de conhecimento, alimentar de volta o senso comum. Esse conhecimento que produzimos, ao retornar à esfera da vida cotidiana da sociedade, alcança que tipo de resultado e mudança? Sendo interpretação da realidade, e considerando que agimos no mundo orientados pelas interpretações partilhadas, que tipo de ação e de comportamento o conhecimento sobre a mídia difundido pelos pesquisadores brasileiros sugere/estimula junto à sociedade?

Reforçando a ideia desse retorno, dessa dinâmica de mútua alimentação que acontece entre a produção de conhecimento sobre a realidade e a própria realidade, vale resgatar outra questão-conceito tratada ainda por Boltanski: o grau de realidade da realidade. Fazendo uma distinção entre realidade e mundo (a realidade como as seleções que fazemos num mundo que em grande medida excede nossa capacidade de intervenção), ele diz que “a realidade sofre de uma espécie de fragilidade intrínseca, de maneira que *a realidade da realidade* deve ser reforçada permanentemente para perdurar” (Boltanski, 2009: 65, tradução nossa). Esse reforço é seu grau de generalização – o quanto ela é partilhada por muitos, por uma coletividade. A realidade de alguns, de uns poucos, não se impõe com força de realidade; é sua *ascensão em generalidade* (a criação de compartilhamentos e consensos em torno dela) que a fortalece enquanto *realidade de todos*, que reforça o sentido de pertencimento e impulsiona a ação dos sujeitos.

D

Crítica e metacrítica: contribuição e responsabilidade das teorias da comunicação

Ora, o que isto tem a ver conosco, pesquisadores da comunicação, e de que maneira essa questão serve de gancho para pensarmos o resgate da crítica em nossos quadros teóricos atuais – sem perda daquilo que eles trouxeram como abertura e enriquecimento na compreensão dos processos comunicativos?

Conforme dito acima, alimentar o senso comum, participar do processo de seleção, interpretação e generalização da realidade, do que é *a realidade da realidade*, é tarefa de grande responsabilidade. É resultado de nossas escolhas generalizar leituras que constatarem uma realidade vivida – ou que a ultrapassem; que referendam-na – ou fazem sua crítica. Ora, por este caminho é possível falar da insuficiência de estudos meramente descritivos, que não conseguem ou não ousam ir além das constatações, bem como resgatar o papel de uma ciência comprometida com a mudança e com a melhoria, preocupada em ir além do existente, e capaz de produzir metacríticas.

Para nós, pesquisadores da comunicação, mais do que recolher e constatar o olhar singular de sujeitos ordinários e seus possíveis discursos contestatórios, bem como ressaltar diferenças e falar em pluralidade, não nos cabe também unificar essas críticas e contribuir para a constituição de um discurso crítico na sociedade? De um novo olhar sobre a realidade comunicacional – e através dele, da realidade como um todo?

Não se trata, obviamente, de retornar às *velhas* teorias da dominação (embora se trate, sim, de recuperar e manter delas aquilo que trouxeram de revelador e de incontornável). Não se trata de defender esta ou aquela filiação. Trata-se (e é o ponto em que esta reflexão quis chegar) de advogar uma permanentemente visada crítica nos estudos comunicacionais; uma perspectiva que, atenta ao específico e ao singular, não se feche em objetos e raciocínios autossuficientes e possa sempre reenviar esses objetos ao contexto maior no qual eles existem, atuam, condicionam e sofrem condicionamentos.

P. Ricoeur, examinando dois fenômenos fundamentais para a existência da vida social, dois lados opostos e duas funções complementares que tipificam a imaginação social e cultural – a ideologia e a utopia –, destaca um traço comum entre eles, que é a ambiguidade: “cada um tem um lado positivo e um negativo, um papel construtivo e um destrutivo, uma dimensão constitutiva e outra patológica” (Ricoeur, 1991: 66).

A ideologia, ele diz, comporta dois traços antagônicos, que são a distorção (cf. a concepção marxista de dominação de classe) e a integração (cf. a discussão da ação simbólica por Geertz). Esse traço da integração é necessário para a própria constituição da vida social:

onde existem seres humanos, não pode já subsistir um modo de existência não-simbólico, e menos ainda um tipo de acção não-simbólica. A acção é imediatamente regida por padrões culturais que fornecem matrizes para a organização de processos sociais e psicológicos, talvez exactamente como os códigos genéticos (...) fornecem modelos para a organização dos processos orgânicos. (...) A nossa atenção ao funcionamento da ideologia a este nível extremamente básico e simbólico demonstra o papel constitutivo real que a ideologia tem na existência social (Ricoeur, 1991 : 83).

Assim, a ideologia é necessária e positiva na sua função de integração; ela atinge um nível patológico quando provoca a distorção para garantir o domínio de um grupo sobre outro. Ora, também a utopia apresenta seus dois lados: seu lado negativo é a irrealidade, a fragmentação, o desvio; o positivo é estender a exploração do campo do possível:

A utopia introduz variações imaginativas sobre os tópicos da sociedade, do poder, do governo, da família. O tipo de neutralização que constitui a imaginação como ficção encontra-se em acção na utopia. Proponho pois que a utopia, tomada a este nível radical como função do nenhures na constituição da acção social ou simbólica, seja a contrapartida do nosso primeiro conceito de ideologia [como distorção]. Podemos dizer que não há integração social sem subversão social (Ibid.: 89).

A sugestão trazida por Ricoeur – o cruzamento entre ideologia e utopia, a existência de seus dois lados – nos abre pistas de como, na análise dos produtos midiáticos (que são produtos simbólicos), é possível perceber as tensões integração/distorção, irrealidade/novas possibilidades. Nosso objeto de estudo é a matéria-prima na qual acontece o trabalho da ideologia e da utopia na construção da imaginação cultural e sua incidência na acção dos sujeitos sociais. Não nos cabe, enquanto comunicadores, fazer grandes análises da sociedade, porém a leitura crítica que somos capazes de fazer dos sistemas simbólicos de coesão e ruptura, de cristalização e tensionamento da realidade nos coloca num lugar privilegiado para compreender a nossa contemporaneidade. Quiçá, produzir e generalizar interpretações que fomentem acções em direcção ao alargamento de nossos horizontes. ■

REFERENCIAS

- AGAMBEN, G. O que é um dispositivo? In: _____. *O que é o contemporâneo? e outros ensaios*. Chapecó: Argos, 2009. p. 25-51.
- BAUDRILLARD, J. *La société de consommation, ses mythes, ses structures*. Paris: Denoël, 1970.

D

Crítica e metacrítica: contribuição e responsabilidade das teorias da comunicação

- BAUDRILLARD, J. *Para uma crítica da economia política do signo*. Lisboa: Martins Fontes, 1972.
- BOLTANSKI, L. *De la critique: précis de sociologie de l'émancipation*. Paris: Gallimard, 2009.
- BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1989.
- _____; PASSERON, J.C. Sociologues des mythologies ou mythologie des sociologues. *Les temps modernes*, Paris, v. 19, n. 211, p. 998-1021, déc. 1963.
- DEBORD, G. *A sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997 (publ. original: 1964).
- EAGLETON, T. *Depois da teoria*. Um olhar sobre os estudos culturais e o pós-modernismo. Trad.: Maria Lucia Oliveira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- ECO, U. *Apocalípticos e integrados*. São Paulo: Perspectiva, 1979 (publ. original: 1964).
- GRAMSCI, A. *Obras escolhidas*, volume I. Lisboa: Editorial Estampa, 1974.
- LOPES, M.I.V. *Pesquisa em comunicação*. São Paulo: Loyola, 1990, publ. original: 1964.
- MICELI, S. Introdução: a força do sentido. In: BOURDIEU, P. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1974. p. 7-61.
- RICOEUR, P. *Ideologia e utopia*. Lisboa: Edições 70, 1991.
- RORTY, R. *Achieving our country: Leftist thought in twentieth-century America*. Cambridge: Harvard University Press, 1998.
- SANTAELLA, L. *Cultura das mídias*. São Paulo: Experimento, 1996.
- VOIROL, O. Retour sur l'industrie culturelle. *Reseaux. Revisiter Adorno*. Paris, v. 29, n.166, p. 125-157, avril-mai 2011.

Artigo recebido em 07 de março de 2014 e aprovado em 04 de setembro de 2014.